



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

REABERTURA DE PRAZO

**(Edital alterado, com ajustes realizados, após esclarecimentos, impugnações e representação
"Tribunal de Contas")**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

EDITAL Nº 001/2025

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

A Prefeitura Municipal de Indaiatuba, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a implantação do Sistema Integrado de Segurança (SIS), de acordo com as descrições contidas em seus anexos. O presente Pregão Eletrônico, será regido nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 15.095 de 17 de janeiro de 2024, Leis Complementares nºs 123 de 14 de dezembro de 2006 e 147 de 07 de agosto de 2014, PGM – Portaria Procuradoria Geral do Município nº 01 de 14 de março de 2024, Plano de Contratação Anual (PCA) - 2025, publicado na Imprensa Oficial do Município em 06 de dezembro de 2024 – Edição nº. 3115 e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 04 de dezembro de 2024 – Código nº. 8971, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O ETP - Estudo Técnico Preliminar, encontra-se disponível no processo licitatório.

SISTEMA: BBMNET LICITAÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 20/02/2025 08:30 horas

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 20/02/2025 08:31 horas

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/02/2025 09:00 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

www.novobbmnet.com.br, www.indaiatuba.sp.gov.br e
www.gov.br/pncp/pt-br

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos através do Agente de Contratação, **Sr. Everton Elias Martins**, denominado Pregoeiro, assessorado pela sua Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica, no endereço www.novobbmnet.com.br.

1 - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada em implantação de Sistema Integrado de Segurança (SIS), para uso nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino, com fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção preventiva e corretiva e monitoramento remoto, com período de contrato de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as descrições constantes no memorial descritivo do edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

2 – O valor estimado do contrato é de **R\$ 47.348.615,16** (Quarenta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quinze reais e dezesseis centavos).

3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão Eletrônico correrão às contas das seguintes dotações orçamentárias vigentes, codificadas pelos nºs 01.07.01.12.3610005.2001.3.3.90.39 e 01.07.01.12.3650005.2001.3.3.90.39, da Secretaria Municipal de Educação, cujos valores serão informados na Nota de Empenho, pela Secretaria requisitante.

4 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E IMPUGNAÇÕES:

4.1 - Os **esclarecimentos e impugnações** deverão ser **anexados no sistema da BBMNet** para posterior análise e resposta do Pregoeiro.

4.1.1 – Decai do direito de solicitar **esclarecimentos e impugnações** nos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

4.2 - Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações via e mail, apenas via site da BBMNet.

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

5.1 - Por força das disposições das Leis Complementares nºs 123/06 e 147/14 e posteriores alterações, esta licitação será permitida a participação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pelas Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014;

5.2 - Licitantes do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;

5.2.1 – Pessoa Jurídica pode participar dessa licitação em consórcio, desde que observadas as normas constantes no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.2 - Poderão participar desta Licitação **todas as empresas interessadas**, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

5.3 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4.1 - Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

5.4.2 - As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

5.5 - Não poderão disputar desta Licitação:

5.5.1 – As empresas que se encontrem sob o regime falimentar ou de recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se estiverem na condição constante no item 9.9.2 deste edital;

5.5.2 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País;

5.5.3 - Nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo sanção da suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

5.5.3.1 - O impedimento de que trata o item 4.5.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5.4 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.7 - Não poderá participar de licitações ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, Autarquias e Fundação, conforme art. 123 inciso 10 e art. 124 da Lei Complementar Municipal nº 45/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Indaiatuba, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.5.7.1 - A vedação de que trata o item 4.5.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

6.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 - Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

- 6.1.2 - Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 6.1.3 - Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4 - Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5 – Desclassificar, conforme orientação da equipe técnica, as propostas indicando os motivos;
- 6.1.6 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances, escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 6.1.7 - Verificar a habilitação do proponente;
- 6.1.8 - Declarar o vencedor;
- 6.1.9 - Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 6.1.10 - Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11 - Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicação/homologação, para autorizar a contratação.

7 – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES:

7.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.novobbmnet.com.br, opção "entrar" opção "Sala de Disputa – efetuar login".

7.1.1 - As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu "Sala de Disputa".

7.1.2 - O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando "enviar proposta".

7.1.3 - O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

7.1.4 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

7.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

7.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes/itens, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

7.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação/homologação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "www.novobbmnet.com.br", site da Prefeitura de Indaiatuba "www.indaiatuba.sp.gov.br" e PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

7.6 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema da BBMNet, que:

7.6.1 - Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

7.6.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

7.6.3 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.6.4 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.6.5 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.

7.7 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.8 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.8.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma", impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.9 - A falsidade da declaração de que trata os itens 6.6.1 ao 6.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.10 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.11 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

7.12 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2 – As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

8.2.1 - Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

8.2.1.1 – A prestação dos serviços deverá atender a todas as especificações constantes deste Edital e seus anexos.

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

8.5 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

8.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de executar os serviços, em quantidades e qualidades adequadas, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR GLOBAL**.

8.8 - A proposta deverá ser elaborada conforme modelo de Proposta (Anexo IV).

7.9. Haja vista que haverá necessidade da análise técnica dos equipamentos contidos na proposta nos termos do projeto executivo a empresa participante deverá anexar o catálogo técnico (Datasheet / Catálogos / Documentações), emitido pelo próprio fabricante, em língua portuguesa ou inglesa, podendo ser obtido via internet. O documento deve conter ilustrações/fotos dos equipamentos, destacando claramente a marca e o modelo.

7.9.1 Esse catálogo será utilizado para a análise técnica, com o objetivo de verificar se os itens ofertados atendem às especificações detalhadas dos seguintes itens do Memorial Descritivo do projeto do Sistema Integrado de Segurança (SIS):

- 1. Descrição dos equipamentos de CFTV;**
- 2. Descrição dos equipamentos de alarme monitorado;**
- 3. Descrição dos equipamentos de controle de acesso;**

7.9.2 O catálogo deve conter todas as informações necessárias para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos descritos no Memorial Descritivo.

7.9.3 A documentação deve ser inserida no campo “FICHA TÉCNICA” do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias. O não cumprimento deste requisito poderá acarretar na desclassificação da proposta.

7.10 – É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

7.10.1 – Quando a marca do licitante for o nome do mesmo, deverá ser indicado como “MARCA PRÓPRIA” no campo “MARCA” do sistema eletrônico.

7.11 - Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP/MEI e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações.

7.12 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, utilizando-se até 02 (duas) casas decimais; (EXCLUSIVAMENTE SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O REFERIDO ITEM) e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

9 - ABERTURA DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E LANCES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9.1 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

9.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ou igual a qualquer outro registrado.

9.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro (caso ocorra, será informado a todos os participantes durante a sessão), a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

9.3.1 – Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

9.4 - **ABERTO:** O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará **“Dou-lhe uma”** quando faltar 02m00s (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), **“Dou-lhe duas”** quando faltar 01m00s (um minuto) e **“Dou-lhe três – Fechado”** quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver lances nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance.

9.4.1 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.4.2 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.4.3 - O Pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

9.4.4 - Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;

9.5 - Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 e 147/2014 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor de ME/EPP/MEI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9.6 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

9.7 - Quando autorizado e devidamente justificado pelo Pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

9.8 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.8.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.8.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.9 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.10 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

9.11 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.12 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

9.13 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.14 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço global**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor do item para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

9.15 – Após finalizado os lances, e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

9.16 – Em seguida serão ordenadas as ofertas, o Pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei Federal 14.133/21 e verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas no Edital.

9.16.1 - O Licitante detentor da melhor oferta, deverá vincular os documentos de habilitação, conforme item 9.6 do edital.

9.17 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos no edital, a contar da convocação pelo Pregoeiro através do chat de mensagens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9.18 - A inobservância aos prazos elencados nesse edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

9.19 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.20 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

9.21 - Se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte, micro empreendedor individual e cooperativas, deverá atender do item 10 ao 10.2.

9.22 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.22.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.22.2 - Empresas Brasileiras;

9.22.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22-4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.23 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.23.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.23.2 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.24 - Será desclassificada a proposta que:

9.24.1 - Contiver vícios insanáveis;

9.24.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9.25 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.26 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.26.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.26.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

9.26.3 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.27 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.27.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.28 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, para envio da Documentação, item a item, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10 - DA HABILITAÇÃO:

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relação-apenados>); e

10.1.2 - Certidões negativas referentes a punições vigentes, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>).

10.2 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas e inabilitará o referido Licitante.

10.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, através do cartão do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

10.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 - Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser enviados **em até 02 (duas) horas**, após finalizado os lances do último item, contados da convocação do Pregoeiro, por meio eletrônico, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma www.novobbmnet.com.br.

10.6.1 - Os documentos de habilitação enviados, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

10.6.2 - A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

10.7- O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará na inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

10.8 - Para Habilitação Jurídica:

10.8.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.8.2 - Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

10.8.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.9 - Para Qualificação Econômico-Financeira:

10.9.1 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data do envio dos documentos de habilitação ou no prazo fixado na certidão, se houver.

10.9.2 - Certidão Positiva para as empresas que estiverem na situação de Recuperação Judicial, dentro do prazo de sua validade, desde que a interessada demonstre seu plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação.

10.9.3 - Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), dos 02 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentado na forma da lei, extraído do livro diário, devendo estar devidamente registrado na Junta Comercial ou nas repartições encarregadas do



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

registro, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

10.9.3.1 - O Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE), dos 02 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis, poderá ser apresentado através de cópia extraída do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), cuja autenticação será comprovada pela emissão do recibo de entrega da escrituração contábil digital, emitido pelo Sped.

10.9.4 - Demonstrativo dos índices econômicos financeiros a seguir mencionados devidamente extraídos do balanço referido no item anterior:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) $\geq 1,0$

ILC = AC/PC

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) $\geq 1,0$

ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP)

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (IE) $\leq 0,7$

IE = (PC+ELP) / AT

10.9.5 - A empresa deverá apresentar comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, de no mínimo, R\$ 1.578.287,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais), equivalente a até 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com art. 69, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9.6 - Os documentos referidos no item 9.9.3 e seguintes limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.10 Para Regularidade Fiscal:

10.10.1 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, com prazo de emissão de até 90 (noventa) dias da data de abertura deste certame. Esse documento também serve, para a comprovação do enquadramento da Licitante no Regime Diferenciado.

10.10.2 - Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.10.3 - Prova de regularidade com a Fazendas Federal, Estadual e Municipal, as quais deverão ser apresentadas conforme abaixo especificado;

10.10.3.1 – A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS).

10.10.3.2– A regularidade Estadual deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos à Procuradoria Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa), devendo compreender os débitos **INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.**

10.10.3.3 - A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidão **relativa a TRIBUTOS MOBILIÁRIOS.**

10.11 - Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

10.11.1 – Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

10.11.2- As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito de Negativa.

10.12 - Para Qualificação Técnica:

10.12.1 - A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente (empregado, sócio ou diretor) ou, através de contratação de terceiros (comprovado através de documentação pertinente), um profissional Engenheiro Eletrônico/Eletricista, devidamente registrado no CREA. O profissional indicado com a devida comprovação técnico-profissional será o responsável por toda orientação, supervisão e acompanhamento dos serviços técnicos críticos ou complexos, durante o contrato. Todas os serviços complexos ou críticos, objeto deste contrato, deverão ser acompanhados e previamente autorizados pelo profissional. A substituição dos responsáveis técnicos durante o contrato será admitida, desde que se indique para substituí-los, profissionais que apresentem qualificações equivalentes ou superiores à mínima exigida no edital de licitação, tendo seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo CONTRATANTE.

9.12.1.1- O profissional deverá comprovar vínculo com o licitante, por meio de um dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Ficha ou Livro de Registros de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional;
- b) Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- c) Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;

10.12.2- Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviços de instalação, locação e manutenção de sistemas de segurança eletrônica com características, quantidades e prazos compatível com o objeto da presente licitação, observados os quantitativos mínimos de 50% (cinquenta por cento) dos itens estabelecidos como de maior relevância técnica que constam no projeto executivo, elencados na planilha a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ITEM	DESCRIÇÃO	Tipo de Serviço	Quantidade Mínima (50%)
01	Câmera	Instalação e Manutenção	1495
02	Sistema de Gravação Digital (local)	Instalação e Manutenção	112
03	Central de alarme computadorizada monitorada	Instalação e Manutenção	45

9.12.4 - É possível a qualquer momento que a Administração realize **diligências** para esclarecer o conteúdo informado no atestado.

10.13 – A visita é **FACULTATIVA**, realizada por representante da Licitante a fim de vistoriar a condição dos equipamentos e dos locais, podendo ser realizada durante o período de publicidade da licitação e agendada com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas, até a data designada para a realização do certame, pelo fone/fax: (19) 3801-9191, com Sr. Cesar Franco de Lima, ou através do e-mail: cesar@educ.indaiatuba.sp.gov.br.

9.13.1. A vistoria é importante para que as empresas interessadas conheçam os locais da prestação de serviços, avaliando *in loco* as características das instalações existentes, visando possibilitar a elaboração de proposta realista, economicamente viável, realizável e condizente com as peculiaridades da contratação e não haja qualquer alegação de existência de impedimentos para a perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das instalações onde realizará a prestação de serviços.

10.14 – A empresa vencedora deverá apresentar declaração, que o preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como: custos salariais, com observância das remunerações mínimas definidas para os pisos das categorias de cada tipo de trabalhador que será disponibilizado, devidamente firmados em acordos ou convenções trabalhistas, celebrados entre entidades sindicais e patronais e de profissionais na cidade da prestação dos serviços, adicional noturno, encargos sociais, benefícios aos empregados, supervisão dos trabalhos, custos de uniformes, materiais, produtos e equipamentos e despesas indiretas, aí incluídas as despesas fiscais e o lucro da empresa, etc ; de modo que, nenhuma outra remuneração seja devida em qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços;

10.14.1 - **Deverão ser considerados os períodos de descanso previsto em Lei, sendo almoço, jantar e intervalos.**

10.15 – **A empresa vencedora deverá apresentar proposta atualizada, conforme modelo (Anexo IV), em até 03 (três) dias úteis, devendo a mesma anexar na plataforma, sendo que a não apresentação acarretará na sua desclassificação.**

10.16 – A empresa deverá apresentar, Declaração de Atualização Cadastral, emitida através do site do Tribunal de Contas, conforme link: <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcsp> (em nome do responsável pela assinatura do Contrato e do Preposto, conforme indicado no **ANEXO IV**

- Termo de Designação do Preposto - itens 1 e 2). **SOLICITAMOS ANEXAR NO ARQUIVO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DOCUMENTAÇÃO, SUA AUSÊNCIA NÃO SERÁ MOTIVO DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Havendo dúvidas, consultar o manual no link:
https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/pdf/Manual_CadTCESP_Cadastro_Pessoa_Fisica_v1.0.pdf

10.17 - Os documentos mencionados acima deverão **referir-se exclusivamente ao local do estabelecimento da licitante participante do presente certame**, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

10.18 - Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feitas às repartições competentes quanto aos documentos acima mencionados.

10.19 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias anterior a abertura pública.

10.20 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

10.21 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

11 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVAS:

11.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas acima especificadas, conforme tratam as Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006, 147, de 07 de agosto de 2014 e a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

11.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição diferenciada.

11.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas **perderá o direito ao tratamento diferenciado**.

11.1.2 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

11.1.2.1 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME, MEI, EPP e Cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

11.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de tratamento diferenciado. Nesse caso, o Pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

11.1.3 – Caso ocorra a situação de empate descrita no item 10.1.2.1, o sistema convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de 05 (cinco) minutos.

11.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais empresas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 10.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

11.1.3.2 – As empresas classificadas no tratamento diferenciado que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo Pregoeiro, que encerrará a disputa do lote na sala virtual, e que deverá apresentar a documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 10.1 deste edital.

11.1.3.3 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

11.1.4 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como MEI, ME, EPP ou Cooperativa, seja desclassificada pelo Pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

11.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 10.1.2.2.

11.1.5 – O julgamento da habilitação das licitantes com tratamento diferenciado, obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

11.1.5.1 - A licitante que se encontrar nesta situação, será comprovado através do Cartão do CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, emitido pela Receita Federal do Brasil, atualizado, com prazo de emissão de até 90(noventa) dias da data de abertura deste certame. (Documento esse, que deverá ser anexado aos documentos de habilitação)

11.1.6 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo Pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

11.1.6.1 - Esclarecemos que para ter o direito do tratamento diferenciado a empresa, enquadrada no regime diferenciado, deverá apresentar a certidão vencida, para ter o direito de abertura de prazo para apresentação da certidão atualizada.

11.1.6.2 - Nos casos de que trata o item 10.1.6, a sessão será suspensa até a empresa vencedora apresentar o documento atualizado, de acordo com o prazo já definido em edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

11.2 - A participação exclusiva ou cotas reservadas, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas na Lei nº 14.133, de 2021, e microempreendedores individuais – MEI, terão prioridade de contratação para os itens exclusivos, as licitantes sediadas local/regional, aplicando-lhes a prioridade de contratação até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Esta priorização está devidamente amparada pelo § 3º do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 com suas alterações, e inciso II do art. 9º do Decreto n.º 8.538/15

12 – DOS RECURSOS

12.1 - Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata, motivadamente para cada item onde foi acatado a manifestação de recurso, de acordo com art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.novobbmnet.com.br.

12.1.1 - O tempo máximo para manifestação da intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, podendo a pregoeira dar provimento ou negar o mesmo.

12.2 - Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, www.novobbmnet.com.br opção **RECURSO**. Os documentos aqui solicitados deverão estar assinados e digitalizados, pelo seu Responsável Legal, aos cuidados da Pregoeira responsável pelo certame, observados os prazos e horário estabelecidos no edital, no prazo de até **03 (três) dias úteis até as 17h (horário normal de expediente)**, após o término da sessão pública. Não serão aceitos recursos e contrarrazões via e-mail.

12.2.1 - O sistema disponibilizará recursos e contrarrazões para todos os interessados. Decorrido os prazos legais o processo será remetido para julgamento.

12.3 - Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

12.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5 - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará/homologará o objeto do certame à licitante vencedora.

12.6 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7 - A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito ao mesmo, sendo que o objeto do certame será adjudicado/homologado pela autoridade competente do procedimento licitatório, ao licitante vencedor.

12.8 – O resultado final do Pregão Eletrônico, quando houver recurso, será divulgado na Imprensa Oficial do Município ou no Diário Oficial do Estado e site da Bolsa Brasileira de Mercadorias: www.novobbmnet.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

13 - DA CONTRATAÇÃO:

13.1 - Após a adjudicação/homologação do procedimento licitatório, o concorrente vencedor será convocado para assinatura do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, emitida pelo Departamento de Contratos e Documentação, de acordo com as cláusulas constantes na minuta de contrato Anexo III, deste edital.

13.1.1 - Decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, e não tendo a empresa vencedora comparecido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas neste edital.

13.2 - A licitante vencedora deverá, após à assinatura do contrato, oferecer garantia para assegurar sua plena execução, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21, em até 05 (cinco) dias úteis.

13.2.1 - A garantia prestada pela contratada será liberada após a execução do contrato e do recebimento definitivo dos serviços prestados no prazo de 30(trinta) dias. Se prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente desde a data da expedição da sua guia de depósito.

13.2.2 - No caso de o contrato ser prorrogado, a contratada deverá prestar garantia complementar de 5% (cinco por cento), sobre o valor do acréscimo na mesma modalidade anteriormente oferecida.

13.3 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições dos preços impostos no item 11.7 ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista do Artigo do Artigo 90. §5 da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.3.1 - O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com o Contratante, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

13.4 - A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, observado o limite legal, quando determinadas pela Contratante em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

13.5 - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.

13.6 – **INDICAR**, para **assinatura do contrato**, o nome, nacionalidade, CPF, RG, endereço residencial completo e cargo que ocupa na empresa. Quando não for diretor, além da documentação retro, deverá apresentar procuração para tal, no ato da assinatura do mesmo (conforme Anexo IV).



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

13.6.1 - INDICAR o PREPOSTO (funcionário designado para acompanhar a execução do instrumento, fiscalizar, prestar toda a assistência e orientação que se fizerem necessárias, conforme art. 118 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores), **de acordo com o Anexo IV deste edital.**

13.6.2 - Tendo em vista a implantação do sistema para assinatura digital pela Prefeitura Municipal de Indaiatuba nos Termos de Contratos e outros, solicitamos que seja previamente informado se o Certificado Digital que será utilizado para a assinatura está emitido para o CNPJ da contratada ou para o CPF do(s) seu(s) representante(s).

13.7 - O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.8 - No ato de prorrogação da vigência do Contrato poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original.

13.9 - Na prorrogação do Contrato o detentor deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação, e deverá apresentar os seguintes documentos:

13.9.1 - Para Qualificação Econômico-Financeira:

a-) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação dos documentos ou no prazo fixado na certidão, se houver.

b-) Certidão Positiva para as empresas que estiverem na situação de Recuperação Judicial, dentro do prazo de sua validade, desde que a interessada demonstre seu plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação.

13.9.2 - Para Regularidade Fiscal:

a-) Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b-) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, as quais deverão ser apresentadas conforme abaixo especificado;

c-) A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS).

d-) A regularidade Estadual deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos à Procuradoria Geral do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa), devendo compreender os débitos **INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

e-) A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidão relativa a **TRIBUTOS MOBILIÁRIOS**.

13.9.3 - Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

a-) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.10- Os preços contratuais poderão ser reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado **(08/11/2024)**. O reajuste será realizado de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE).

12.10.1 - O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela Contratada.

12.10.2 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.10.3 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.11 - O reajuste será realizado por apostilamento.

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 - Compete à Contratante:

14.1.1 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

14.1.2 - Tomar as medidas necessárias quanto a fiel **prestação dos serviços**.

15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 - Compete à Contratada:

15.1.1 - Prestar os serviços, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes do Anexo I deste edital.

15.1.2 - Substituir, obrigatoriamente, os serviços que não observar as exigências de qualidade para utilização citadas no Anexo I deste edital.

15.1.3 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

16.1 – A execução dos serviços deverá ser realizada **após o envio da Ordem de Serviço**, com prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos para implantação completa do SIS – Sistema Integrado de Segurança encaminhada pelas Secretarias requisitantes e envio da Nota de Empenho, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

15.1 – O Sr. César Franco de Lima (gestor) e o Sr. Douglas Batista da Silva (fiscal), da Secretaria Municipal Educação, serão os responsáveis pela fiscalização dos serviços, que deverão ser realizados conforme solicitação e pela conferência das notas fiscais.

a)- **Gestor do contrato** é o representante da administração pública responsável por gerenciar o contrato. É sua atribuição principal garantir que as obrigações contratuais sejam cumpridas segundo os termos estabelecidos, verificando o cumprimento das condições pactuadas, analisando e autorizando os pagamentos devidos, entre outras atividades relacionadas à gestão contratual.

b)- O **fiscal** acompanha de perto a execução do contrato, ele deve fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos, atestar o recebimento provisório e definitivo dos serviços ou produtos contratados, solicitar correções ou ajustes quando necessário e emitir relatórios de acompanhamento para subsidiar o gestor do contrato em suas decisões.

15.1.1 - Quando da substituição do gestor, o Secretário da pasta assumirá essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de Ofício; bem como, a substituição do fiscal, será indicada através do Secretário da pasta.

15.2 – Após a execução dos serviços, tendo sido aprovados, será autorizado o pagamento com a assinatura nas vias da nota fiscal.

17 - DO PAGAMENTO:

17.1 - O prazo para o pagamento será em até 10 (dez) dias, contados a partir da liquidação realizada pela Secretaria ordenadora da despesa e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária do fornecedor e boleto bancário com código de barras.

17.1.1 - Quanto à emissão da Nota Fiscal/Fatura, a empresa deverá fazer constar no seu corpo o número da **NOTA DE EMPENHO**, preferencialmente em destaque, sendo que na sua ausência a mesma será recusada.

17.2 - Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.3 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 16.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

17.4 - O pagamento em atraso ensejará a incidência de correção monetária “pro rata” pela variação do INPC/IBGE, juros, também “pro rata dia” de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) após o 10º (décimo) dia.

17.5 - A Contratada deverá juntar a cada Nota Fiscal/Fatura emitida, os seguintes documentos:

a) **Prova de recolhimento mensal do FGTS (GFIP).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

- b) Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou comprovante de recolhimento bancário.
- c) Protocolo de Envio de Arquivos emitido pelo Conectividade Social.
- d) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE).
- e) Relação de Empregados (RE) ou Folha de Pagamento Analítica.
- f) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos negativos de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.
- h) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato, poderá a secretaria gerenciadora aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a Contratada constituído em mora, sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- c) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- d) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- e) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- f) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2 – O Contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

19 - DISPOSIÇÕES FINAIS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

19.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.5 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Prefeitura de Indaiatuba.

19.6 - O Pregoeiro ou a Autoridade Superior, no interesse público, poderá sanar ou relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação e o direito das demais licitantes, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.7 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8 - As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município ou no Diário Oficial do Estado.

19.10 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

19.11 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo Pregoeiro, comunicando-se devidamente aos licitantes participantes.

19.12 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

19.13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes desta licitação será o da Comarca de Indaiatuba, por mais privilegiado que seja outro.

19.14 - E para que ninguém alegue desconhecimento, este edital será divulgado em resumo na Imprensa Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado, no Jornal Gazeta de São Paulo, site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba (www.indaiatuba.sp.gov.br), (www.novobbmnet.com.br) e (PNCP) Portal Nacional de Contratações Públicas.

19.15 - Constitui parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Descrição do Objeto / Termo de Referência;**
- Anexo II - Declarações (dando ciência de que cumprem plenamente as condições do edital;**
- Anexo III – Minuta do Contrato;**
- Anexo IV – Modelo de Proposta**
- Anexo V – Memorial Descritivo/ Projeto Executivo**
- Anexo VI – Plantas**
- Anexo VII – Termo de Designação do Preposto**

Indaiatuba, 05 de fevereiro de 2025

CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO I

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	1 EDUCAÇÃO RC 450/2024 - Item 1	SERVIÇO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA (SIS) NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUINDO INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MONITORAMENTO REMOTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a implantação do novo Sistema Integrado de Segurança (SIS) nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino, incluindo a instalação de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, e monitoramento remoto pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

2. JUSTIFICATIVA

O contrato atual do Sistema Integrado de Segurança atinge o limite legal de sessenta meses em 04/11/2024. Considerando a necessidade de atualização tecnológica e a ampliação do sistema, foi elaborado um projeto executivo que prevê a instalação de 2991 câmeras, representando um aumento significativo em relação às 1836 câmeras atualmente em uso. A continuidade e melhoria do sistema de segurança são essenciais para garantir um ambiente seguro para alunos, funcionários e o patrimônio das escolas.

3. DESCRIÇÃO TÉCNICA

A contratação inclui a instalação de sistemas de CFTV, alarmes, controle de acesso, e monitoramento remoto 24 horas. Detalhes técnicos específicos sobre os equipamentos e infraestrutura necessária estão descritos no projeto executivo. As principais especificações incluem:

- ✓ Instalação de 2991 câmeras de monitoramento.
- ✓ Sistemas de detecção e alarme com comunicação GPRS.
- ✓ Sistemas de controle de acesso com reconhecimento facial.
- ✓ Monitoramento remoto e manutenção técnica contínua.

5. GENERALIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Haja vista que haverá necessidade da análise técnica dos equipamentos contidos na proposta nos termos do projeto executivo, a(s) empresa(s) participante(s) deverá(ão) anexar o catálogo técnico (Datasheet), emitido pelo próprio fabricante, em língua portuguesa ou inglesa, podendo ser obtido via internet. O documento deve conter ilustrações/fotos dos equipamentos, destacando claramente a marca e o modelo.

Esse catálogo será utilizado para a análise técnica, com o objetivo de verificar se os itens ofertados atendem às especificações detalhadas dos seguintes itens do Memorial Descritivo do projeto do Sistema Integrado de Segurança (SIS):

4. Descrição dos equipamentos de CFTV;
5. Descrição dos equipamentos de alarme monitorado;
6. Descrição dos equipamentos de controle de acesso;

O catálogo/documento/datasheet deverá conter todas as informações necessárias para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos descritos no Memorial Descritivo.

A empresa contratada será responsável por todos os encargos decorrentes da execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais. A prestação dos serviços não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre a Prefeitura Municipal de Indaiatuba e a empresa vencedora.

6. DA MEDIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO

A empresa contratada deverá apresentar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a Nota Fiscal do serviço efetivamente prestado, juntamente com um relatório consolidado e aprovado pelo fiscal do contrato, com o objetivo de comprovar a execução dos serviços. O pagamento será realizado de forma mensal.

A empresa contratada deverá incluir na sua planilha de custos todos os encargos diretos e indiretos que envolvam as visitas e os serviços, incluindo deslocamentos para todos os prédios públicos, capacidade técnica/responsável técnico, salários, encargos trabalhistas e benefícios.

Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa contratada deverá apresentar:

- i) Prova de recolhimento mensal do FGTS (GFIP).



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

- j) Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou comprovante de recolhimento bancário.
- k) Protocolo de Envio de Arquivos emitido pelo Conectividade Social.
- l) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE).
- m) Relação de Empregados (RE) ou Folha de Pagamento Analítica.
- n) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos negativos de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União.
- o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.
- p) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

A não apresentação dos documentos e comprovações constantes neste item dará direito à CONTRATANTE de suspender o pagamento respectivo e/ou os pagamentos subsequentes.

5. LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados em todas as Unidades Escolares da rede municipal de ensino, incluindo aquelas que vierem a integrar a rede no futuro, conforme demanda existente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO II – DECLARAÇÕES

(Solicitamos encaminhar juntamente com os documentos de habilitação, sua ausência não será motivo de desclassificação, mas a licitante poderá ser advertida)

A empresa (razão social), CNPJ nº, Inscrição Estadual nº, ou Inscrição Municipal nº, aqui devidamente representada pelo Sr(a)....., infra-assinado, DECLARA, por este e na melhor forma de direito, concordar com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025, dos respectivos documentos e anexos da Licitação, conforme abaixo especificado:

- 1) Declara ainda, que acatará integralmente quaisquer decisões que venham a serem tomadas pelo Pregoeiro e Equipe de apoio ou pela Administração da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, quanto à habilitação, classificação e adjudicação, ressalvados os nossos direitos legais de recursos.
- 2) Declara para os devidos fins não possuir em seu quadro societário ou empresa individual, responsáveis ocupante de cargo público com o Município de Indaiatuba, Autarquias e Fundações.
- 3) Declara, outrossim, que não existe, até o presente momento, qualquer impedimento quanto à habilitação no presente certame e, que caso venham a conhecer, no decorrer do certame, comprometemo-nos a comunicá-los de imediato a Prefeitura Municipal de Indaiatuba.
- 4) Declaro também, que não estou participando desta licitação ou do mesmo item, com empresas cujos sócios tenham relações de parentesco entre si. Entende-se como relação de parentesco, por afinidade (o cônjuge, o companheiro, sogro, cunhado, nora, genro, padrasto, madrasta, enteado) ou por parente consanguíneo em linha reta (pai, mãe, filho, avô, bisavô, neto e bisneto) ou em linha colateral (irmãos, tios, sobrinhos) até o terceiro grau.
- 5) Declaramos cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei 14.133/2021.
- 6) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto do Pregão Eletrônico e os termos constantes no presente certame, seus ANEXOS e do Regulamento do Sistema de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências ali contidas, inclusive as demais formalidades relativas à documentação que deverá ser apresentada para fins habilitação.

..... de de 2025

Nome e assinatura do representante legal
CPF nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO III

MINUTA 85

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E _____.

CONTRATADA :
PREGÃO ELETRÔNICO : Nº ____/24
DATA : ____/____/2024
CONTRATO : Nº ____/24

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**, com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé nº 2.800, Jardim Esplanada II, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 44.733.608/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**, brasileiro, dentista, portador do RG nº 54.403.044-8 e do CPF nº 004.111.496-52 e pelo Secretário Municipal de Educação, **EDIVILSON CARDOSO RAFAETA**, brasileiro, união estável, professor mestre, portador do RG nº 26.747.445-3 e do CPF nº 196.886.248-02, ora chamada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado _____, estabelecida na Cidade de _____/UF, na Rua _____, nº ____, Bairro _____, CEP _____, Telefone: _____, E-mail: _____, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, neste ato, representada por _____, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, fundamentados nas disposições nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 15.095 de 17 de janeiro de 2024, Leis Complementares nºs 123 de 14 de dezembro de 2006 e 147 de 07 de agosto de 2014 e demais legislações aplicáveis, que vierem a substituir as normas supracitadas, têm entre si justo e contratado o que se segue, e que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em implantação de Sistema Integrado de Segurança (SIS), para uso nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino, com fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção preventiva e corretiva e monitoramento remoto, com período de contrato de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as descrições constantes no memorial descritivo do edital e com a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, que, independentemente de transcrição ou anexação, são partes integrantes do presente instrumento.

1.1.1. As especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas nas propostas, são as que seguem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário R\$

1.2. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, abaixo discriminada:

- 01.07.01.12.3610005.2001.3.3.90.39 e 01.07.01.12.3650005.2001.3.3.90.39 da Secretaria Municipal de Educação.

-

2. DA ENTREGA

2.1. A execução dos serviços deverá ser realizada após o envio da Ordem de Serviço, com prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, para a implantação completa do SIS – Sistema Integrado de Segurança, encaminhada pelas Secretarias requisitantes e o envio da Nota de Empenho, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

2.2. Os locais de prestação de serviços são as creches e as unidades escolares indicadas no Anexo IV do Edital, que, independentemente de transcrição ou anexação, são partes integrantes deste contrato.

2.3. Após o recebimento provisório e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura nas vias da nota fiscal.

3. DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para o pagamento será de até 10 (dez) dias, contados a partir da liquidação realizada pela Secretaria ordenadora da despesa e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária da CONTRATADA. Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá fazer constar no seu corpo o número da NOTA DE EMPENHO, preferencialmente em destaque, sendo que na sua ausência a mesma será recusada.

3.1.1. O pagamento em atraso ensejará a incidência de correção monetária “pro rata” pela variação do INPC/IBGE, juros, também “pro rata dia” de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) após o 10º (décimo) dia.

3.1.2. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à CONTRATADA, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

4.1.1. O período de vigência do contrato é de __/__/2024 a __/__/2028.

4.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

4.2. No ato da prorrogação da vigência, poderão ser renovados os quantitativos até o limite do quantitativo original.

4.3. Na prorrogação, a CONTRATADA deverá comprovar que mantém as condições iniciais de habilitação e deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3.1. Para qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura dos envelopes ou no prazo fixado na certidão, se houver.

b) Certidão Positiva para as empresas que estiverem na situação de Recuperação Judicial, dentro do prazo de sua validade, desde que a interessada demonstre seu plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação.

4.3.2. Para regularidade fiscal:

a) Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, as quais deverão ser apresentadas conforme abaixo especificado;

c) A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS).

d) A regularidade Estadual deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos à Procuradoria Geral do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa), devendo compreender os débitos INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

e) A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidão



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

relativa a TRIBUTOS MOBILIÁRIOS.

4.3.3. Para regularidade fiscal trabalhista:

a) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.4. Os preços contratuais poderão ser reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

- **Data do orçamento estimado: 08/11/2024.**

4.5. O reajuste será feito pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

4.6. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela CONTRATADA.

4.7. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou, de qualquer forma, não possam mais ser utilizados, serão adotados em substituição os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.9. O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

5. DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

5.1. O valor total da presente avença é de R\$ ____ (_____).

5.2. No cálculo dos preços para execução dos serviços devem estar inclusas despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

5.3. Nos preços indicados deverão também estar incluídas, além dos lucros, todas as despesas de custos, benefícios, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto deste instrumento, cuja composição dos custos poderá ser solicitada pela CONTRATANTE.

5.4. Os preços poderão alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo, nas seguintes situações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

5.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.4.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.4. No caso da repactuação, poderá ser a pedido da CONTRATADA, conforme critérios definidos para a contratação.

5.5. As alterações ou atualizações de preços obedecerão às seguintes regras:

I - O preço apresentado não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - A secretaria gerenciadora poderá conceder aumento do preço, mediante pedido fundamentado da CONTRATADA, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que segue:

a) manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pela CONTRATADA e o preço de mercado;

b) considerar o valor solicitado pela CONTRATADA como o máximo a ser concedido para alteração;

c) poderá deferir valor menor daquele solicitado pela CONTRATADA.

5.5.1. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga a CONTRATADA do compromisso assumido, nem exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

5.5.2. A CONTRATADA não será liberada do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao contratado.

5.5.3. O preço poderá ser revisto de ofício pela secretaria gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado ou de fato que eleve o custo do item contratado.

5.5.4. Não havendo êxito nas negociações, a secretaria gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

revogação do item, ou do grupo/lote, ou a rescisão do contrato, conforme o caso, adotando medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

5.5.5. A solicitação de revisão de preços deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, para análise.

5.6. Os pedidos de revisão de preços deverão ser realizados durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

5.7. Os pedidos de revisão de preços deverão ser autuados no Departamento de Protocolo ou enviados pelo correio, no endereço: Av. Eng. Fábio Roberto Barnabé, nº 2800, Jardim Esplanada II, Indaiatuba/SP, CEP 13.331-900.

5.8. Os pedidos de revisão de preços, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam a CONTRATADA de dar continuidade às entregas nas condições vigentes.

6. DOS GESTORES DOS PREPOSTOS E DOS FISCAIS DE CONTRATO E FISCAIS DE SERVIÇO

6.1. O gestor do contrato será o servidor **César Franco de Lima**, da Secretaria Municipal de Educação.

6.2. O gestor do contrato será responsável pelo recebimento dos serviços, que deverão ser entregues nos locais constantes no Anexo III do Edital e/ou Nota e Empenho e pela conferência das Notas Fiscais e, se constatadas irregularidades, serão devolvidas à empresa que terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituir os serviços rejeitados, sob pena de incorrer nas sanções administrativas. Quando da substituição dos gestores, as secretárias gerenciadoras assumirão essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de ofício.

6.3. O preposto da empresa será (nome completo), (nacionalidade), (cargo), portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, o qual deverá fiscalizar a execução do contrato, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, conforme da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

6.4. Como fiscal do contrato ou fiscal de serviço, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas neste instrumento, será o servidor **Douglas Batista da Silva**, da Secretaria Municipal de Educação.

7. DA GARANTIA

7.1. A licitante vencedora deverá, após à assinatura do contrato, oferecer garantia para assegurar sua plena execução, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

em uma das modalidades previstas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21, em até 05 (cinco) dias úteis.

7.2. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada após a execução do contrato e do recebimento definitivo dos serviços prestados no prazo de 30 (trinta) dias. Se prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente, desde a data da expedição da sua guia de depósito.

7.3. No caso de o contrato ser prorrogado, a CONTRATADA deverá prestar garantia complementar de 5% (cinco por cento), sobre o valor do acréscimo na mesma modalidade anteriormente oferecida.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Das obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. A prestação de serviço deverá iniciar dentro do prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, após o recebimento da Ordem de Serviço e da Nota de Empenho.

8.1.2. A prestação do serviço será demanda livre e de comum acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

8.1.3. A empresa CONTRATADA deverá realizar os serviços apenas com a autorização do gestor do departamento responsável (assinada e carimbada).

8.1.4. A empresa se obriga a prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

8.1.5. Em caso de problemas na execução dos serviços, a substituição ou reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores, com aprovação prévia da CONTRATANTE, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

8.1.6 Na ocorrência de furto, roubo ou dano decorrente de vandalismo praticado contra os equipamentos ou infraestrutura instalados, a Contratada deverá efetuar a sua substituição, cabendo a Contratante ressarcir o dano ocasionado, tendo como base o valor de mercado atualizado do equipamento.

8.2. Obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços a serem executados através do fiscal, com auxílio da equipe técnica da CONTRATANTE.

8.2.2. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

8.2.3. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;

8.2.4. Caberá à CONTRATANTE comunicar ou denunciar imediatamente e por escrito qualquer falha ou deficiência por parte da CONTRATADA, sempre que estas ocorrerem.

8.2.5. O Município de Indaiatuba não está obrigado a solicitar uma quantidade mínima de serviços, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento para prestação dos serviços.

9. DA RESCISÃO

9.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

9.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.1.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas no contrato, poderá a secretaria gerenciadora aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA constituída em mora, sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

c) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;

d) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

e) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo, poderá ser requerido da CONTRATADA o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

f) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2. A CONTRATADA também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

11. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

11.1. As partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

11.2. As partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.3. Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

11.4. A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Indaiatuba como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo fim.

Indaiatuba, ____de ____de 2024.

CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO

Prefeito Municipal

EDIVILSON CARDOSO RAFAETA

Secretário Municipal de Educação

[NOME DO REPRESENTANTE]

Contratada

Gestor:

César Franco de Lima

Fiscal:

Douglas Batista da Silva

/eh



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 10/2024)

CONTRATANTE	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
CONTRATADA	:	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	:	Nº __/24 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/24
OBJETO	:	Contratação de empresa especializada em implantação de Sistema Integrado de Segurança (SIS), para uso nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino, com fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção preventiva e corretiva e monitoramento remoto, com período de contrato de 36 (trinta e seis) meses.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Indaiatuba, ____ de ____ de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome	:	CUSTÓDIO DIAS TAVARES NETO
Cargo	:	Prefeito Municipal
CPF	:	Nº 004.111.496-52

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome	:	CUSTÓDIO DIAS TAVARES NETO
Cargo	:	Prefeito Municipal
CPF	:	Nº 004.111.496-52

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pela CONTRATANTE:

Nome	:	EDIVILSON CARDOSO RAFAETA
Cargo	:	Secretário Municipal de Educação
CPF	:	Nº 196.886.248-02

Pela CONTRATADA:

Nome	:	
Cargo	:	
CPF	:	Nº

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome	:	EDIVILSON CARDOSO RAFAETA
Cargo	:	Secretário Municipal de Educação
CPF	:	Nº 196.886.248-02

GESTOR DO CONTRATO:

Nome	:	CÉSAR FRANCO DE LIMA
Cargo	:	Secretário Municipal Adjunto
CPF	:	Nº 316.686.918-25

FISCAL DO CONTRATO:

Nome	:	DOUGLAS BATISTA DA SILVA
Cargo	:	Especialista em Tecnologia da Informação
CPF	:	Nº 286.732.938-80



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Pregoeiro

Nome	:	EVERTON ELIAS MARTINS
Cargo	:	Assistente de Serviços Administrativos
CPF	:	

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Responsáveis por prestações de contas

Nome	:	CÉSAR FRANCO DE LIMA
Cargo	:	Secretário Municipal Adjunto
CPF	:	Nº 316.686.918-25

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Responsáveis pelo parecer jurídico

Nome	:	
Cargo	:	
CPF	:	Nº

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCESP

CONTRATANTE	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
CNPJ	:	Nº 44.733.608/0001-09
CONTRATADA	:	
CNPJ	:	Nº
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	:	Nº __/24 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/24
DATA DA ASSINATURA	:	___/___/2024
VIGÊNCIA	:	36 (trinta e seis) meses, de __/__/2024 a __/__/2024.
OBJETO	:	Contratação de empresa especializada em implantação de Sistema Integrado de Segurança (SIS), para uso nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino, com fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção preventiva e corretiva e monitoramento remoto, com período de contrato de 36 (trinta e seis) meses.
VALOR	:	R\$

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Indaiatuba, ____de ____de 2024.

LUIZ HENRIQUE FURLAN
Secretário Municipal de Administração

Nome:	Luiz Henrique Furlan
Cargo:	Secretário Municipal de Administração
E-mail institucional:	administracao.secretario@indaiatuba.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO IV (modelo)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 – EDITAL Nº 001/2025

MODELO DE PROPOSTA

A planilha abaixo é referente aos valores por unidade, sendo considerado ao final o valor global mensal (todas as Unidades) e o valor global total para o período de 36 (trinta e seis) meses.

ITEM	NOME DA ESCOLA	VALOR POR UNIDADE
1	Creche Profª Alice de Mattos Wolf	
2	Creche Amiguinhos de Jesus	
3	Creche Profª Esmeralda Martini Paula	
4	Creche Dalva Coltro Denny	
5	Creche Dr. Jácomo Nazário	
6	Creche José Balduino de Campos	
7	Creche José Pavani	
8	Creche Profª Lourdes Falleiros Pedro	
9	Creche Profª Luciana Cândido Carneiro	
10	Creche Profª Marina Dias de Carvalho Macedo	
11	Creche Profº Morivaldo A. de Moraes	
12	Creche Prof. Oswaldo Antonio Tuon	
13	Creche Pingo de Gente	
14	Creche Dona Rosinha Candello	
15	Creche Silvia Lúcia Silva Pinto	
16	Creche Profª Vania Ap. Martin de Melo	
17	Creche Profª Ana Maria Pigatto	
18	Creche Beato José de Anchieta	
19	Creche Nossa Casa ANAI - Nizio Vieira	
20	Creche Profª Francisca do Amaral	
21	Creche dos Jardins Dos Colibris - São Vicente de Paulo	
22	Creche Prof Jorge Alves Brown	
23	Creche Prof Lauro Fonseca de Souza	
24	Creche Profª Maria das Dores Tasca Mendes	
25	Creche Profª Maria Estella Amstalden	
26	Creche Profª Martha Steiner Fruet	
27	Creche Profª Vera Tosca Magnusson Belluomini	
28	EMEB Prof Galdino Augusto Lopes Chagas	
29	EMEB Profª Creche Joanna Gurgel	
30	EMEB Profª Janette Vieira Vaqueiro	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ITEM	NOME DA ESCOLA	VALOR POR UNIDADE
31	EMEB Archimedes Prandini	
32	EMEB Profª Elvira Maria Maffei	
33	EMEB Profª Francisca Lucinda Bueno	
34	EMEB Prof João Emílio Angelieri	
35	EMEB Profª Maria Conceição Giacomini Bega	
36	EMEB Profª Maria João de Campos	
37	EMEB Prof Nízio Vieira Fundamental	
38	EMEB Profª Patrocínia Robles Provenza	
39	EMEB Parque das Nações - Infantil	
40	EMEB Profª Sinésia Martini	
41	EMEB Profª Suely Terezinha Amstalden	
42	EMEB Doardo Borsari	
43	EMEB Dom Ildefonso Stehle	
44	EMEB Profª Maria Cecilia Ifanger	
45	EMEB Profª Maria Ignêz Pinezzi	
46	EMEB Profª Maria José de Campos	
47	EMEB Maria José Ambiel Marachini	
48	EMEB Miyoji Takahara	
49	EMEB Profª Renata Guimarães Brandão Anadão	
50	EMEB Profª Sylvia T. de Camargo Sannazzaro	
51	EMEB Profª Yolanda Steffen	
52	EMEB Prof Antônio Luiz Balaminnutti	
53	EMEB Profª Áurea Moreria da Costa	
54	EMEB Prof Aparecido Batista dos Santos	
55	EMEB Profª Elizabeth de Lourdes C. Sigrist	
56	EMEB Prof João Batista de Macedo	
57	EMEB Prof Leonel José Vitorino Ribeiro	
58	EMEB Prof Luiz Carlos Batista de Moura	
59	EMEB Profª Maria Albertina Bannwart Berdu	
60	EMEB Profª Maria Benedicta Guimarães	
61	EMEB Profª Maria Nazareth Pimentel	
62	EMEB Prof. Nízio Vieira Infantil	
63	EMEB Prof Osório Germano e Silva Filho	
64	EMEB Padre Joaquim Aparecido Rocha	
65	EMEB Prof Sérgio Mário de Almeida	
66	EMEB Prof Wellington Lombardi Soares	
67	EMEB Prof Wladimir Olivier	
68	Escola Ambiental Bosque do Saber	
69	Depósito Recreio Campestre Jóia	
70	EMEB PROFº Laura Fahl Correa	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ITEM	NOME DA ESCOLA	VALOR POR UNIDADE
71	EMEB Jardim dos Colibris - EMEB Profª Cleonice Lemos Naressi	
72	Creche do Distrito Industrial - Antônio Frederico Ozanan	
73	Creche Francisca Nadir Ferreira Menk	
74	EMEB Profª Walda Maria Stocco Prandini	
75	EMEB Maria Helena da Costa e Silva	
76	CIAEI – Secretaria de Educação	
77	Creche Benedito Antonio Misko	
78	Creche Dom Paulo de Tarso Campos	
79	Creche Maria Aparecida Misurini	
80	Creche Vera Lucia Tachinardi Mizurini	
81	Creche Lucia Steffen	
82	Creche dos Sábias - Prof.ª Marina Maschietto Magnusson	
83	EMEB João Marinho	
84	COMPLEXO Veneza	
85	Creche do Centro	
86	Creche Ruth Ambiel Teixeira Camargo - "Tucanos"	
87	Central de Monitoramento	

Valor Global Mensal: _____

Valor Total Global por 36 (trinta e seis) meses: _____

Os valores unitários das planilhas abaixo, deverão ser informados apenas pela empresa vencedora do certame, referem-se à adicionais em caso, de acréscimo, remanejamento e adaptações de equipamentos e serviços, nas unidades existentes e/ou em outras que possam ser construídas pela Secretaria de Educação.

Valores de EQUIPAMENTOS DE CFTV avulsos (VALOR MENSAL – LOCAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	VALOR DO ITEM
1	CAMERA BULLET 1			PEÇA	
2	CAMERA BULLET 2			PEÇA	
3	CAMERA BULLET 3			PEÇA	
4	CAMERA PANORAMICA			PEÇA	
5	SISTEMA DE GRAVAÇÃO DIGITAL TP1 - 16CH			PEÇA	
6	TELA DE 43'			PEÇA	
7	NO-BREAK 1800VA			PEÇA	
8	HARD DISK MODELO 1-4TB			PEÇA	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9	RACKS 12 US			PEÇA	
10	RACKS 16US			PEÇA	
11	POSTE GALVANIZADO 3M			PEÇA	
12	POSTE GALVANIZADO 5M			PEÇA	
13	BANDEJA			PEÇA	
14	KIT FIXAÇÃO			PEÇA	
15	RÉGUA DE ALIMENTAÇÃO			PEÇA	
16	CAMERA SPEED DOME 2MP			PEÇA	
17	SERVIDOR			PEÇA	
18	ESTAÇÃO DE TRABALHO COMPLETA			PEÇA	
19	KIT PROFISSIONAL DE CONVERGÊNCIA DIGITAL 2 (V)			PEÇA	
20	SOFTWARE DE MONITORAMENTO			PEÇA	
21	SUPORTE ARTICULADO			PEÇA	
22	EXTENSOR HDMI VIA CABO DE REDE.			PEÇA	
23	MINI GBIC			PEÇA	
24	SWITCH GERENCIÁVEL 24P POE			PEÇA	
25	SWITCH GERENCIÁVEL 16P POE			PEÇA	
26	CONVERSOR DE MÍDIA FIBRA PARA METAL			PEÇA	
27	RACK DE PISO 42US			PEÇA	
28	NOBREAK 11KVA			PEÇA	
29	SWITCH 16 P			PEÇA	

Valores de EQUIPAMENTOS DE ALARME MONITORADO avulsos (VALOR MENSAL – LOCAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	VALOR
1	CENTRAL DE ALARME E ACESSÓRIOS			PEÇA	
2	SENSOR MAGNÉTICO			PEÇA	
3	BATERIA SELADA			PEÇA	
4	BOTÃO DE PÂNICO FIXO OU MÓVEL			PEÇA	
5	KIT AUXILIAR			PEÇA	
6	ANTENA			PEÇA	
7	SIRENE			PEÇA	
8	SENSOR IVP DUAL			PEÇA	
9	SENSOR IVP AREA EXTERNA 01			PEÇA	
10	SENSOR IVP AREA EXTERNA 02			PEÇA	
11	RECEPTOR RF			PEÇA	
12	TRANSMISSOR RF			PEÇA	
13	RECEPTORA DE ALARMES			PEÇA	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

14	SOFTWARE PARA MONITORAMENTO DE ALARMES			PEÇA	
----	--	--	--	------	--

Valores de EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO avulsos (VALOR MENSAL – LOCAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	VALOR
1	SOFTWARE PARA CONTROLE DE ACESSO			PEÇA	
2	FONTE CHAVEADA			PEÇA	
3	LICENÇA PARA O SISTEMA			PEÇA	
4	WEB. CAM PARA CADASTRO DO SISTEMA			PEÇA	
5	LEITOR PARA COLETAR BIOMETRIA			PEÇA	
6	CARTÃO DE PROXIMIDADE			PEÇA	
7	CANCELA DE ALTO FLUXO			PEÇA	
8	CONTROLADORA DE ACESSO - RECONHECIMENTO FACIAL			PEÇA	
9	FECHADURA ELETROMAGNÉTICA			PEÇA	
10	ANTENA PARA TAG VEICULAR			PEÇA	
11	TAG VEICULAR			PEÇA	
12	VÍDEO PORTEIRO			PEÇA	
13	CÂMERA ADICIONAL PARA VÍDEO PORTEIRO			PEÇA	
14	FONTE DE ALIMENTAÇÃO			PEÇA	
15	FECHADURA ELÉTRICA DE SOBREPOR			PEÇA	

Valores de EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA E CABEAMENTO avulsos (PARCELA ÚNICA)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE	VALOR
1	TUBO GALVANIZADO A FOGO 1			PEÇA (3M)	
2	TUBO GALVANIZADO A FOGO 1.1/2			PEÇA (3M)	
3	CONDULETE 1			PEÇA	
4	CONDULETE 1.1/2			PEÇA	
5	TOMADAS			PEÇA	
6	DISJUNTORES			PEÇA	
7	CABO PP 3X2.5 MM			METROS	
8	CABO 5 PARES			METROS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

9	CABO LAN CAT 6			METROS	
10	CABO LAN CAT 5E			METROS	
11	FIBRA ÓPTICA 4 VIAS			METROS	
12	LINHA PEAD 1"			METROS	
13	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE ALARMES E SENSORES POR PONTO			UNIDADE	
14	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS POR PONTO			UNIDADE	
15	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA			METRO	

Valores do Operador avulso (VALOR MENSAL – LOCAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
01	Operador de Monitoramento, 12 (doze) horas diárias - diurno de segunda-feira a domingo, na escala de trabalho 12 x 36, que será o responsável pela operação dos Sistemas na Central de Monitoramento Remoto da Contratada;	Posto	
02	Operador de Monitoramento, 12 (doze) horas diárias - noturno de segunda-feira a domingo, na escala de trabalho 12 x 36, que será o responsável pela operação dos Sistemas na Central de Monitoramento Remoto da Contratada	Posto	

ANEXOS V e VI - seguem em arquivos separados



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ANEXO VII

(modelo)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 – EDITAL Nº 001/2025

TERMO DE DESIGNAÇÃO DO PREPOSTO E RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO RECOMENDA-SE PREENCHER O PRESENTE TERMO CUJOS DADOS SERÃO DESTINADOS PARA EFEITO DE FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO (SOLICITAMOS ANEXAR NO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, SUA AUSÊNCIA NÃO SERÁ MOTIVO DE DESCLASSIFICAÇÃO)

A (razão social da empresa) _____, ME (.....) EPP () CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, função) pelo presente instrumento (Contrato ou Procuração), designa e constitui:

Tendo em vista a nova instrução do Tribunal do Estado de São Paulo, fica a empresa obrigada a fornecer as informações/dados da pessoa responsável pela assinatura do Contrato, conforme relacionado abaixo:

1) RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

O(a) Sr.(a) Nome _____ RG _____ CPF _____ Nacionalidade _____ Função _____
Data de Nascimento ____/____/____ Endereço Residencial _____ CEP _____ E-mail
institucional (empresa) _____ E-mail pessoal (particular) _____ Telefone (empresa) _____
Telefone (pessoal) _____

Obs. Quando não for diretor, além da documentação retro, deverá apresentar procuração para tal, no ato da assinatura da mesma.

2) PREPOSTO: O(a) Senhor(a) Nome _____ RG _____ CPF _____
Nacionalidade _____ Função _____ Fone (.....) _____ E-mail _____

O qual, perante à Prefeitura Municipal de Indaiatuba deverá acompanhar a execução do instrumento, fiscalizar, prestar toda a assistência e orientação que se fizerem necessárias, conforme art. 118 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

3)- Tendo em vista a implantação do sistema para assinatura digital pela Prefeitura Municipal de Indaiatuba nos Termos de Contratos e outros, solicitamos que seja previamente informado se o Certificado Digital que será utilizado para a assinatura está emitido para o CNPJ da contratada ou para o CPF do(s) seu(s) representante(s), como também informar o endereço de E-mail para envio do link para a respectiva assinatura digital.

Indicar:

CNPJ nº _____ ou CPF nº _____

E-mail: _____

Local, data e assinatura

Assinatura do Responsável legal da empresa

A empresa deverá apresentar, Declaração de Atualização Cadastral, emitida através do site do Tribunal de Contas, conforme link: <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp> (em nome do **responsável pela assinatura do Contrato e do Preposto**)